

VESTÍGIOS MEMORIAIS EM K. RELATO DE UMA BUSCA

Gabriela Guedes E Sardenberg

Orientadora: Stefania Chiarelli

Mestranda

RESUMO: Este artigo relata uma pesquisa sobre o poder da memória dentro de *K. Relato de uma busca*. Uma obra literária contemporânea que narra a busca incansável de um pai por sua filha durante os anos de chumbo do regime militar brasileiro. Para além da narrativa base, o autor – Bernardo Kucinski – procura recapitular os rastros apagados pela versão histórica dos fatos, elucubrando possíveis versões sobre os acontecimentos em busca de respostas. Em primeiro lugar, compararemos os embates por memória localizados na obra escolhida em relação aos ensaios de Jeanne Marie Gagnebin em *Lembrar escrever esquecer* que enlaçam esse tema. Em seguida, ilustrarei com passagens do texto literário a parte teórica postulada por Gagnebin. Pela observação dos aspectos analisados, as conclusões parciais apontam que o trabalho ficcional de Kucinski assume uma tarefa de historiador diante desse dever de memória para que esse passado não seja esquecido e para que a justiça continue sendo cobrada até que seja feita.

PALAVRAS-CHAVE: Vestígios; memórias; ditadura.

A obra e a representação

O dicionário Aurélio, em seu formato online, apresenta como um dos significados da palavra “vestígio” – aquilo que fica ou sobra do que desapareceu ou passou – e o que o leitor encontrará em *K. Relato de uma busca* do escritor Bernardo Kucinski é uma narrativa ficcionalizada tendo como base o trauma verdadeiro do desaparecimento da irmã e do cunhado do autor – Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva respectivamente. O autor apropria-se dos rastros deixados pelo sumiço dessas duas pessoas e constrói uma obra caracterizada pela ausência fraternal em diversos mini capítulos que misturam episódios reais e ficcionais ligados ao período ditatorial brasileiro.

K. Relato de uma busca é um romance que foi lançado pela primeira vez em 2011. O cerne de sua narrativa está na procura de um pai por sua filha e depois uma busca pelo corpo ou por informações relacionadas ao que quer que tenha sido feito dela. O romance possui diversos personagens ao longo de seus 29 capítulos, os algozes de Ana, o pai, o irmão, as amigas, os informantes, os familiares dos desaparecidos, a amante do delegado, dentre outros ícones que dão vida a essa narrativa.

À princípio, o leitor acompanha ansiosamente essa busca esperando que se torne profícua e que a filha retorne para casa, entretanto acaba por compactuar com os sentimentos de desespero e desesperança que assumem o pai, conforme o esquema sórdido se desenrola e ele percebe que a muralha burocrática jamais poderá ser penetrada e ele nem poderá pôr sua filha para descansar no terreno sacro do cemitério por falta do aparecimento de um corpo. Ao final do livro, mesmo sabendo que é uma ficção, alguns leitores repensam seus conhecimentos sobre o tema ditatorial, assim como eu. Algumas perguntas pairam no ar ao final da leitura: Como um trauma é reelaborado ficcionalmente? Há um conflito existente entre o relatar e o silenciar? Como se dá a luta pela justiça?

A necessidade de vencer a afasia trazida pelo sofrimento e pela experiência traumática já foi relatado por alguns teóricos renomados, mencionarei os dois mais conhecidos no tangente ao assunto abordado nesse artigo. Theodor Adorno em um ensaio de 1949 afirma que “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas”. Adorno apela para o dever de resistência para que “Auschwitz não se repita, que nada de semelhante aconteça”, ele critica a estilização dessa arte pós Shoah, para que não se transforme em mais uma mercadoria, é preciso que todo esse massacre seja representado como forma de rememoração e representatividade para que não seja repetido. Walter Benjamin em “O narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” ao contrapor as narrativas questiona:

Não se notou, ao final da guerra, que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável? E o que se derramou dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. (BENJAMIN, 2014, p. 214)

Para Benjamin, o que fora vivenciado durante a primeira guerra mundial não podia ser assimilado por meio da linguagem. O método utilizado para a narração clássica e a linguagem usual não são capazes de assimilar o choque. A experiência do trauma cinde um sujeito e bloqueia, principalmente o acesso à linguagem. Ao constatar a impossibilidade da narrativa tradicional de dar conta dos novos acontecimentos, Benjamin esboça uma outra narração, “uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas”. Esses dois teóricos ilustram a luta pela resistência por meio da linguagem. É preciso aprender a reproduzir na linguagem o horror vivido na era das catástrofes, sendo as duas maiores as duas guerras mundiais e o massacre da Shoah no âmbito mundial.

Cada escritor escolherá uma abordagem para narrar os seus traumas. Uns escolheram autobiografias, outros, autoficção e alguns enveredaram pelo caminho da ficcionalização para poder relatar suas experiências em meio a histórias elaboradas para composição da narrativa. O terceiro modo será o utilizado pelo autor Bernardo Kucinski. Sua tragédia pessoal será articulada com a ficção para a composição desse romance em estudo, essa será uma de suas formas de combater a afasia e repúdio à falta de justiça e de respostas – mesmo depois de mais de trinta anos do sumiço de sua irmã. Há um conflito entre o relatar e o silenciar no tocante opelo o qual esse assunto tão traumático será transformado em escrita. A escolha por relatar toda a trajetória vivida pela família Kucinski e pelos amigos envolvidos na procura por seus entes queridos, mesmo que de forma ficcionalizada, é a maneira encontrada por Kucinski para falar e chamar a atenção para a falta de políticas próprias na justiça e leis para que a justiça possa julgar os envolvidos em torturas e assassinatos durante os anos de chumbo da ditadura militar brasileira. É mais uma tentativa de clamar às autoridades para que a justiça seja servida aos responsáveis pelas atrocidades já mencionadas.

Jeanne Marie Gagnebin, Walter Benjamin e Memória

Jeanne Marie Gagnebin, em seus ensaios reunidos no livro *Lembrar esquecer*, reflete sobre a tarefa paradoxal que é a rememoração do passado e a relação desse ato com o presente a partir da análise da obra benjaminiana, adorniana, proustiana, dentre outras. A autora afirma que o trânsito entre os dois polos – esquecer e lembrar – passa pela

atividade do historiador e de outras tantas praticadas pelo homem. Associa a obra de Kucinski à função historiadora postulada por ela, pois

o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. (GAGNEBIN, 2014, p. 54)

Bernardo Kucinski assume uma posição de historiador justamente por sua escolha em criar e dar voz a personagens que representam indivíduos de diversas esferas da sociedade e a caracterização de algumas figuras que exibissem o polarismo da época: os que eram a favor do golpe em contraste com os que eram contrários ao regime. Kucinski articula o dever de memória com a narração fragmentária e os diversos personagens que funcionam como peões de sua estrutura de transmissão de experiências. O discurso do dever de memória a partir da análise do conceito benjaminiano de *rememoração* (*Eingedenken*) representa a imbricação do passado com o presente:

Tal rememoração implica uma certa ascensão da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2014, p. 55)

Kucinski utiliza-se desse artifício de rememoração ao trabalhar em sua obra o que foi recalado para que o passado não seja esquecido e para agir no presente. Essa reflexão sobre o passado é a exibição da impossibilidade da conclusão do trabalho de luto dos parentes dos desaparecidos na ditadura. O ente querido desaparece, não há a recuperação de um corpo para que haja um sepultamento e os familiares experimentem a paz de ter entregado o ente ao descanso eterno, e acima de tudo há o descaso da justiça na culpabilização e consequente julgamento e aplicação de pena aos algozes dos militantes que pereceram durante os anos de regime.

B. Kucinski, os rastros e a tarefa de historiador

Para Gagnebin “o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente”. O trabalho da escrita é essencial neste embate entre esquecer e lembrar, pois a escrita da história, seja ela ficcional ou comprometida com o relato verdadeiro da experiência inscreve esse rastro como uma parte de si que ficará para a posterioridade, por ser uma marca indelével que sobrevive à morte do autor.

O narrador de K no capítulo intitulado “A queda do ponto” descreve:

Numa sacola maior, de lona, despejam documentos arduamente elaborados de denúncia, os que consideram mais valiosos. A lista de duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores do centro de tortura. Não sabem que, exceto o já julgado, todos eles morrerão de morte natural, rodeado de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua. (KUCINSKI, 2014, p.27)

Nesse trecho, Kucinski trabalha, através do narrador, o passado e o presente por meio do conhecimento de que a injustiça ainda prevalece mesmo com a quantidade de provas juntadas pelos militantes e posteriormente anexadas aos processos que julgam os torturadores e financiadores dos centros de tortura. A imunidade desses algozes vem da Lei da Anistia promulgada em 1979 que impede o julgamento e consequente punição aos crimes praticados durante a ditadura militar brasileira. É importante relembrar isso aqui pois

“A memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro.” (GAGNEBIN, 2014, p.44)

A inserção desse trecho na obra faz parte dessa tarefa de historiador do Kucinski que trabalha o passado e o presente concomitantemente em sua obra para uma melhor visão desses acontecimentos dentro do próprio romance. A perspectiva deste *contínuum* temporal aparece em alguns capítulos de K. O passado e o presente estão em constante diálogo: Sr K. rememora o seu passado de engajamento político na Polônia, sua mudança para o Brasil e por fim o descobrimento da vida militante de sua filha; O próprio Bernardo Kucinski nos capítulos “As

cartas à destinatária inexistente” e “Post Scriptum” descreve as opressões psicológicas impingidas aos familiares durante e após o regime militar.

O narrador de Kucinski ao trabalhar com o presente e o passado busca inscrever na memória coletiva acontecimentos perpetrados nas memórias individuais, como no capítulo “As ruas e os nomes” onde o Sr. K viaja para os confins do Rio de Janeiro para a inauguração do loteamento “Vila Redentora” que fazia parte de um projeto de um vereador de esquerda que iria nomear as ruas desse local com os nomes de quarenta e sete políticos:

Na chegada, houve uma pequena cerimônia. O vereador discursou enaltecendo os que lutaram contra a ditadura e anunciando o início de uma nova ordem de valores. A homenagem aos desaparecidos políticos em placa de rua tinha a função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos. Foi uma fala bonita, pensou K.; discurso e placas procurando atribuir ao desperdício de tantas vidas um significado posterior. (KUCINSKI, 2014, p. 161)

Nesse trecho podemos perceber o escritor exercendo a função de historiador, pois ele apresenta a capacidade de certos eventos de transmitir o inenarrável, mantem viva a memória daqueles que não pereceram num empreendimento de fidelidade para com os mortos que não puderam ser enterrados.

CONCLUSÃO

Bernardo Kucinski possui uma tarefa política em seu livro *K. Relato de uma busca*, ele empreende uma luta contra o esquecimento, assumindo uma tarefa de comprometimento com o dever de memória ao travar uma luta contra a repetição do horror por meio do uso da linguagem. As palavras do Kucinski/historiador cavam um túmulo para os mortos e os enterram mesmo sem a presença física de seus corpos. O livro trata dos rastros ligados à busca ocasionada pelo desaparecimento de seus entes queridos e os sentimentos experimentados pelos herdeiros desta ausência; no passado e no presente. O autor trabalha ainda com a importância da tarefa de recordar os acontecimentos para que a justiça possa um dia ser feita. Terminei esse artigo com uma frase proferida pelo autor em uma entrevista de 2014 para o *Correio Braziliense* que reforça o que foi defendido nesse artigo:



“Creio que a ficção permite a catarse. E a catarse ajuda a suportar o trauma. O relato factual é mais próximo de um ajuste de contas com a história, com os outros. A ficção é mais adequada a um ajuste de contas consigo mesmo”. E, na visão do autor Bernardo Kucinski, escrever ficção sobre um episódio traumático é fundamental para a compreensão do ocorrido. Bernardo é o irmão de Ana Rosa Kucinski Silva, filha desaparecida de Majer Kucinski durante a ditadura militar brasileira.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Crítica cultural e sociedade*. In: *Prismas*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Editor Ática, 1998. p.26

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 2ª reimpressão – São Paulo: Brasiliense, 2014 – (Obras escolhidas v.1)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 1ª reimpressão – São Paulo: Editora 34. 2014

KUCINSKI, Bernardo. *K. – Relato de uma busca*. 2ª reimpressão – São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MACIEL, N. Cinquenta anos da ditadura militar é lembrada com lançamento de livros. *Correio Braziliense*. 2014. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2014/03/11/interna_diversao_arte,416781/cinquenta-anos-da-ditadura-militar-e-relembrada-com-lancamento-de-livros.shtml. Acesso em: 08/10/16.

Entrada Vestígio, dicionário Aurélio online. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/vestigio>, Acesso em 08/10/16